



Monte Do Carmo – TO: Portal Do Jalapão Uma Proposta Para A Criação Da Cidade-Museu¹

Raildis Azevedo **Avelino**¹

RESUMO

O presente trabalho nasceu de uma iniciativa para preservação do Patrimônio Cultural da cidade de Monte do Carmo, estado do Tocantins. Os objetivos gerais aqui apresentados são: discutir e apresentar propostas práticas e factíveis no âmbito da preservação da identidade local com a proposta de criação da Cidade-Museu, nesse sentido evidenciar a rota de passagem para o Parque Estadual do Jalapão um difusão turística e cultural. Como resultado deste processo pretendemos demonstrar a importância turística para o desenvolvimento e local, e, na oportunidade conhecer a pacata cidade que mantém traços e costumes do período colonial. A abertura turística é uma forma de difusão cultural no Brasil pós moderno, a parada em Monte do Carmo se torna obrigatória ao turista à caminho do jalapão.

Palavras-Chave: Monte Do Carmo; Patrimônio Cultural; História; Turismo.

78

INTRODUÇÃO

Para compreender o objeto deste estudo faz se necessário remontar-nos à época da mineração no Brasil, assim como à história do Estado do Tocantins, levando em conta a contribuição do antigo Norte de Goiás. A penetração efetiva de homens e mulheres nesta região e a sua ocupação deveram-se principalmente à exploração aurífera. A Serra do Monte do Carmo era fonte de matéria-prima para a atividade econômica básica dos primeiros moradores que ali se estabeleceram - extração do ouro.

Para além desse aspecto, as "serras" embelezam o espaço urbano, como uma 'moldura', que abriga um lindo quadro pintado por diversas mãos vindas de outras paragens a fim de extrair a riqueza que brotava da terra. Os 'montes' do Carmo não somente guardam a história da origem do município, mas a região montanhosa, cortada por várias nascentes de rios, entre eles Água Suja e Sucuri, está diretamente relacionada às atividades auríferas, do século XVIII e permanecem ali como presentes da natureza a ser contemplada pelos que aqui residem ou a visitam ocasionalmente.

Não sabemos o certo como foram as primeiras movimentações das pessoas que vieram para este local, após ficarem sabendo que aqui havia

¹ Mestranda em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Licenciada em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Pesquisadora do Patrimônio Cultural Imaterial da Cidade de Monte do Carmo – TO e Políticas Públicas Culturais e Pesquisadora Associada do Centro Latino Americano de Estudos em Cultura – CLAE.

ouro. De acordo com os relatos dos viajantes e memorialistas houve um grande afluxo de aventureiros chegados de diversas partes da Colônia, de Portugal e trouxeram escravos provenientes da África. Foi deslocada para a Colônia lusitana quantidade significativa de população negra para o trabalho nas minas.

O Arraial do Carmo, situado na antiga Capitania de Goiás, foi rapidamente tomado por homens interessados na riqueza 'fácil', mas, também, preocupados com os valores religiosos, visto que, muitas pessoas entravam nas ordens. Os escravos africanos faziam parte da Irmandade do Rosário, de acordo com (BORGES, 2005, p. 119). Esta irmandade compõe a história do município. Há livros de atas, que registraram as atividades, como por exemplo, doações para festas e troca de diretorias.²

Este artigo tem como objeto primeiro de apresentar Monte do Carmo como local turístico, dentro da temática Patrimônio Cultural, que representa para mim a oportunidade de falar sobre minhas raízes. Assim, ao mesmo tempo em que busco compreender a história e a religiosidade carmelitana, também passei a entender melhor os costumes, as tradições e o modo de viver do qual faço parte. As minhas experiências da infância vivenciada no município me remete ao tempo das festas religiosas, visto que, no imaginário de criança, a festa religiosa era o momento da diversão, das novidades, dos encontros, da mudança de rotina, vivida por mim no meio rural.

Estão muito vivas na minha memória as festas a igreja e as enormes tendas com tantas pessoas reunidas. Quando criança, 'ir à festa' não era somente deslocar-se da minha casa ao centro das comemorações, mas meses de preparo, sonhos, imaginações sobre as novidades, ou seja, ver a tradição se repetir e se perpetuar de um ano para o outro. Hoje, a memória é retomada na perspectiva de questionar a sociedade em que vivemos, onde tudo se transforma, porém me sinto responsável com esta temática para a preservação da nossa cultura.

Inicialmente surgiram algumas inquietações: Por que Monte do Carmo tem uma população eminentemente negra? Por que as festas movimentam toda a cidade? Por que algumas pessoas não olham a tradição como algo positivo e referenciam a cidade como local de pessoas festeiras? Confesso que mesmo morando em Monte do Carmo não me preocupava em fazer um estudo mais detalhado.

Em determinado momento, decidi que poderia contribuir com algo que fosse significativo para minha comunidade. Ao observar a parte mais antiga da cidade e me deparar com a igreja, tive a certeza que queria fazer algo que preservasse essa identidade, sobretudo, deixar registrado estudos sobre a história e cultura do povo carmelitano. As gerações futuras precisam valorizar o que nossos antepassados deixaram, no entanto, percebo que não há nenhuma política pública nesta direção. Como cidadã e historiadora dou minha contribuição com este trabalho de evidenciar o turismo como difusor cultural.

Outro aspecto que motivou a escolha desse objeto de estudo foi à relevância atribuída às festas religiosas na cidade. Quais os sentidos que ainda podem ter festas como do Divino Espírito Santo e de Nossa Senhora do Rosário, que foram introduzidas no Brasil Colonial e, que, na atualidade,

² Há livros ata sob o cuidado da Igreja Católica local, que estão conservados e servem como fonte de pesquisa.

ocorrem em outro contexto histórico, sem perder o sentido de integração e crença no sobrenatural. Por que estas festas são consideradas acontecimentos importantes? A que fins a festa deve servir? Por que os hábitos cerimoniais resistem ao tempo? Para que servem essas devoções?

A minha preocupação consiste em entender essa tradição. Considero que as festas falam muito por si só, por isso também as tomei como objeto de estudo. Adotei várias técnicas para coleta de dados, além de livros, mapas, manuscritos e artigos, e realizei pesquisa de campo aliada à pesquisa documental e bibliográfica, que foi fundamental em combinação com a história oral. Procurei aproximar o vínculo entre o passado e o presente e, assim, interpretar a continuidade e manutenção da memória coletiva no que se refere ao Patrimônio Cultural.

Ao falar das construções antigas, da tradição religiosa, da cidade como fruto do ciclo econômico do ouro, das irmandades, da disposição das ruas, das histórias passadas de geração em geração, surgiu a possibilidade de escrever este artigo e ressaltar nele a importância da rota turística ao Parque Estadual do Jalapão. Primeiramente tive que buscar aspectos da história da cidade para entender o porquê das minhas inquietações.

A história de Monte do Carmo se confunde com a história da igreja, das festas, e da tradição. Não há sentido destes elementos separados um do outro. No centro deste mosaico está o povo carmelitano, que mantém a tradição viva e perpetuam a memória. Seria muito importante construir um museu, mas a cidade não caberia neste, portanto, melhor será transformar a cidade em um museu, ou seja, Monte do Carmo cidade museu. Essa proposta será debatida junto ao executivo e administrativo local.

BREVE HISTÓRIA DE MONTE DO CARMO

A história do Brasil pode ser contada a partir de diversos aspectos. No campo político, aliado ao econômico, com a 'benção' da Igreja Católica, o Brasil nasceu da ocupação portuguesa sobre as terras tupiniquins. Em termos econômicos, o Brasil foi objeto de cobiça dos franceses que retiraram grandes quantidades de pau brasil. Posteriormente, a partir de 1530, iniciou-se o ciclo açucareiro, sustentado pela mão de obra cativa.

Os portugueses sempre estiveram atentos à presença de minérios na Colônia americana. No entanto, somente "por volta do último quartel do século XVII circularam na colônia brasileira as principais notícias sobre a descoberta de ouro na região, que hoje compreende o Estado de Minas Gerais". (SILVA FILHO, 2008, p. 55). Segundo Arno Wehling, "a organização oficial da economia mineradora data de 1700-1702". (WEHLING, 1999, p. 218).

A descoberta de reservas de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Sul da Bahia determinaram profundas mudanças no Brasil agropastoril, da Colônia. A sede pelo enriquecimento rápido provocou significativos deslocamentos populacionais para a região aurífera. As técnicas de extração eram rudimentares e exigiu grande quantidade de mão de obra, sobretudo, escrava. Regiões, como o Rio Grande do Sul e o Ceará, que não tinham ouro, produziram carne seca ou charque para alimentação da população cativa e donos das minas.

Compreende-se que a corrida do ouro constituiu um fenômeno que marcou a história do Brasil nos séculos XVIII e XIX, foi também nesse período, decorrente da influência ciclo minerador, que nasceu o Arraial de Monte do Carmo, no então norte de Goiás. Várias cidades de Goiás nasceram a partir da descoberta das minas (Natividade, Arraias, São Félix e outras). Conforme Gilka V. F. de Salles (1992, p. 13), "foi o ouro que deu origem à Capitania de Goiás e determinou-lhe o progresso no século XVIII".

A Província de Goyaz foi dividida em duas Comarcas: a do Sul denominada de Goyaz e a do Norte, denominada Comarca de São João das Duas Barras.

Divide-se esta comarca em nove julgados ou jurisdições e tem duas villas, doze Arraias notáveis e dezesseis menores e três aldeas de índios cristãos são pacíficos. [...]. Dente os julgados está o arraial de Porto Real, cabeça de julgado de que dependem: primeiro, o arraial do Carmo freguezia que comprehende o arraial de Porto Real, segundo o arraial de Pontal, freguezia. (REVISTA TRIMENSAL, 1874, p. 330-332).

De acordo com os viajantes, memorialistas e os historiadores que se dedicaram a escrever sobre Capitânicas, em especial a de Goiás, informam que o supracitado Arraial data de 1741, muito embora não se tenha precisão quanto a esta datação. Nos escritos de Cunha Matos, o autor apresenta dados que divergem quanto a esses períodos. O referido escritor menciona duas datas distintas, sendo que num momento ele confirma a outros autores, que o Arraial foi fundado em 1741 ou 1746 (CUNHA MATOS, 2004, p. 443). Em outro momento o autor argumenta que "é provável que o território fosse descoberto em 1746, por ser nessa época que foram visitados os distritos contíguos". (CUNHA MATOS, 1979, p. 29).

Silva e Souza (1968, p. 61) passa por Carmo por volta de 1812 e afirma que o Arraial é "pequeno, e povoado em razão da utilidade das suas minas". O autor afirma a data da fundação em 1746, descoberto por Manoel de Souza Ferreira. Contudo, não é o foco desta pesquisa precisar a data da fundação do Arraial e Monte do Carmo, embora ela nos sirva como referência temporal.

Durval C. Godinho destaca que durante o final do século XVIII e início do século XIX, "o arraial do Carmo mantinha relação com o velho mundo por via dos famosos botes escoadores das muitas arroubas de ouro e veículo de penetração do luxo europeu" (GODINHO, 1988, p. 54). Ainda segundo Godinho, o arraial se manteve autônomo até 1810, na mesma ocasião foi transferida para o arraial de Porto Real, ainda neste ano foi instalado no arraial uma agência dos Correios sob a direção de João Ayres da Silva, administrador do supracitado arraial. O autor aborda que nessa época já contava com escola pública de primeiras letras (ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS, CX. 01)³, logo percebemos que a escola era restrita ao sexo masculino.

Johann Emanuel Pohl, médico, mineralogista e botânico, esteve no Brasil entre 1817 e 1821. Austríaco, com boa erudição, exímio observador, descreveu com detalhes suas observações sobre a Província de Goiás. Uma das primeiras referências que faz sobre Monte do Carmo, ele escreve:

³ Ofício nº 45 de 2 de agosto de 1858, do Governo de Goyaz respondendo aos habitantes do arraial sobre a instalação de uma escola para homens. (ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS, CX. 01)

Passamos hoje sobre várias colinas insignificantes entre dias cordilheiras que se estendem do sul para o norte, e atingimos do Rio do Carmo, a cujas margens encontramos umas doze pequenas cabanas para abrigo dos negros que trabalhavam nas lavas de ouro. A cerca de um quarto de légua a oeste dessas cabanas, fica o pequeno e abandonado Arraial do Carmo, a duas léguas de São Félix e a três léguas ao norte do Arraial da Chapada de São Félix. O Rio do Carmo apresentava-se com 16 metros de largura [...]. Deságua no Rio Maranhão (POHL, 1973, p. 215).

Não sabemos se Pohl se referira ao Arraial do Carmo, objeto da nossa pesquisa, ou a algum povoado situado na margem do rio como mesmo nome, onde havia atividade mineradora.

Ainda caminhando por entre as serras, Pohl encontra o Capitão Furtado, que lhe oferece guarida na "sua espaçosa casa em Carmo", fato que irá concretizar-se quando o médico mineralista chega a Monte do Carmo. No dia 1º de agosto, chegou a Porto Real, e fez mais uma referência à Monte do Carmo. "O Arraial de Porto Real é uma das povoações mais novas do Brasil. [...]. A igreja é recém-construída, porém pequena. O vigário reside habitualmente no Arraial do Carmo e vem dizer missa aqui, três ou quatro vezes por ano" (POHL, 1973, p. 228). Este fato remete ao entendimento que naquela época, em termos religiosos, Monte do Carmo era importante, pois abrigava a casa do vigário.

Pohl referiu-se à violência na região. Sabemos que antes da chegada do homem branco e do escravo africano, as terras brasileiras eram habitadas por indígenas, que resistiram à desapropriação. O mineralista austríaco foi preconceituoso e chamou os índios de "hordas", ou seja,

A ousadia dessas hordas selvagens é extraordinária. Aventuraram-se até o Arraial do Carmo; no ano de 1818 saquearam ali uma casa durante a Festa de Pentecostes, quando os moradores se achavam reunidos na igreja, e assassinaram do modo mais cruel um negro que ficara ali de guarda (POHL, 1973, p. 231-232).

Pohl chegou a Monte do Carmo em 28 de agosto de 1819 e o descreveu da seguinte forma: "Afim, chegamos ao Arraial do Carmo, onde já me esperava o Capitão Luís Furtado, do Engenho São Procópio, o qual, muito hospitaleiro, preparara a sua casa para receber-me" (POHL, 1973, p. 266). Percebemos que o Capitão Luís Furtado já havia se encontrado com Pohl, como citamos anteriormente.

Após ser recebido por "sacerdotes e autoridades do lugar", o mineralista citou que "o arraial deve sua origem à cobiça do ouro". Que foi fundado "em 1746, por Manuel Sousa Ferreira". Outra observação do viajante é o início da decadência, motivado pelo fim do ciclo minerador. "Como outros povos análogos, compartilha atualmente o destino da decadência e está quase em ruínas, pois, para exploração de suas minas de ouro, carecem os habitantes tanto de escravos como de água" (Idem).

As observações de Pohl merecem criteriosa análise. A fundação é citada sem maiores explicações, portanto, não podemos tomar como definitiva esta data, embora se repita em outros depoimentos. O estado de 'decadência' citado pelo autor, revela a saída das pessoas, do lugar e remete a

compreender o porquê da construção de uma extensa vala como poderemos observar na figura 1 e 2. É provável que os donos das minas tivessem pensado em solucionar o problema, mas as minas foram minguando, que a obra perdeu o sentido.



Fotos 1 e 2: Ruínas do primeiro povoado de Monte do Carmo, em outubro/2008. Fonte: Noeci Carvalho

Ao descrever o local, Pohl também não se vale de maiores detalhes como mapas, plantas baixas. O viajante limita-se a descrição, embora tenhamos que reconhecer que foi bem feita. "O lugar que, pelas ricas lavras de ouro, era populoso e abastado, fica bem perto da Serra Geral e é rodeado de serras em semicírculo". Quanto às habitações, o mineralista descreve:

Possui 150 casas. Na realidade, consiste numa única rua com casas uma ao lado da outra; foi planejada uma segunda rua e iniciada, parcialmente, a construção de casas, mas pouco depois, foi abandonada, restando apenas edifícios isolados (Idem).

Pohl assinala o início do declínio do local. Inicia comentando as "lavras de ouro", embora a produção comprove que em outros locais do Norte de Goiás a produção foi maior, como apresentaremos abaixo. Ao falar das casas, usa um número 'redondo', causando a impressão que não contou uma a uma, mas deixa bem claro a disposição do povoado, composto de uma única rua e a segunda foi construída e parcialmente abandonada. Este fato remete ao entendimento que o povoado estava em declínio.

Quanto à arquitetura e material utilizado nas construções, o autor foi minucioso:

Na maioria, as casas são construídas de tijolo queimado e, por causa do ataque dos índios -, que incendeiam os tetos de palha com flechas ardentes, são cobertas de telhas. Esta solidez das edificações coloca o lugar acima de muitas outras povoações e o conjunto teria melhor aparência se as casas fossem pintadas de novo (Idem).

Estas informações são muito importantes para este artigo. As construções com tijolo queimado resistem mais ao tempo do que construções de taipa, madeira ou palha. O fato de utilizar telhas de barro nos faz entender que a durabilidade é maior do que outro tipo de telhado. A transformação da cidade de Monte do Carmo em Cidade-Museu merece um trabalho de arqueologia, pois os "tijolos queimados" resistem ao tempo e poderão ser encontrados soterrados no solo. Desta forma, poderemos saber o lugar

aproximado de como era a disposição dos imóveis. Outro fato importante descrito refere-se à prática de confecção de tijolos e telhas, que necessita de um estudo para saber onde estavam localizadas estas primitivas olarias e, se nas mesmas, utilizava-se de trabalho escravo para produção.

Em relação à igreja, Pohl fornece informações importantíssimas: "Ambas as igrejas, a de Nossa Senhora do Carmo e a de nossa Senhora do Rosário, aliás, muito simples, são construídas de tijolos". Sabemos que havia duas igrejas, mas uma delas não existe mais. Se as duas foram construídas de tijolos, surgem diversas dúvidas: Pohl não observara direito e citou o mesmo material, mesmo que uma delas era diferente? Nossa opinião refere-se ao fato que uma igreja está em pé, sólida e resistirá muito tempo se for conservada e reparada. Por que a outra desapareceu? Foi demolida? Não foi preservada e o tempo se encarregou de destruí-la? O material poderia ser outro, menos resistente e sucumbiu ao longo do tempo? Importante citar, que a igreja Nossa Senhora do Rosário era frequentada pela população negra, conhecida como "Igreja dos Pretos". Por que esta igreja desapareceu?

Em se tratando de Cidade-Museu será muito importante identificar o local da referida igreja e construir um monumento referência sobre a existência deste importante ponto de cultura. Afinal, nossa população é eminentemente negra e precisa recuperar o lugar desta significativa referência.

Pohl conversa com a população local e não poupa críticas à situação econômica/social de Monte do Carmo:

conforme fomos informados, apesar da boa aparência externa do lugar, a população está extremamente empobrecida. Os habitantes ganham precariamente a vida com suas plantações de milho, fumo, algodão, cana-de-açúcar, alguns frutos e hortaliças. Também se cria gado. Notei, entre outras coisas, que criam mais cabras e ovelhas; fazem-no, pela carne e não pela lã, que é muito grosseira. Os habitantes depositam suas esperanças de dias melhores sobretudo na navegação do rio Maranhão (que entretanto não acontecerá tão cedo) e na ligação que ele acarretará, com o Grão Pará. Em vista dos numerosos assassinatos de que ouvi falar, parece que aqui a falta de ordem pública atingiu um grau muito alto e os maiores crimes parecem ficar impunes. Como exemplo, dois anos antes da minha chegada, mandara o rei para aqui um cirurgião-mor. Cumprindo seu dever, proibiu ele o exercício da medicina por alguns charlatões e, algum tempo depois, era assassinado a tiro por um embaçado, em pleno dia, numa festa religiosa, ao lado do vigário. Decorrido mais tempo, teve o mesmo fim o ferreiro local. Contudo, em ambos os casos nenhuma providência foi tomada para prender o perseguidor os homicidas. (Idem).

Em 29 de agosto, de 1819, Pohl foi convidado pelo vigário, "acompanhado dos moradores mais distintos", para participar da missa. Entre os "distintos" estava o Comandante João Aires. Segundo Pohl, "batizaram com seu nome um rio a que me referi ao descrever a viagem fluvial pelo Maranhão, porque ali João Aires iria ser atacado e morto pelos índios" (Idem).

Pohl quis conhecer "a cordilheira que passa em Carmo", pois ficou sabendo que as mesmas possuíam gesso, com o qual eram caiadas as casas de Monte do Carmo. O mineralista andou muito por entre as serras, algumas não pode chegar ao topo porque eram muito íngremes. Depois de muito caminhar, chegou à Carmo.

Lá assistimos, à noite, ao começo da novena de Maria; a praça e a fachada da igreja de Nossa Senhora da Conceição estavam iluminadas. Em vez de lâmpadas, eram usadas cascas de laranja cheias de óleo de rícino, óleo combustível geralmente usado no Brasil, extraídas de semente de mamona. Foram disparados morteiros e, sob o barulho insuportável de uma desafinada música, foi içada uma bandeira. Com isso estava iniciada a festa (POHL, 1973, p. 267).

Aqui cabe um comentário sobre a viagem de Pohl. Ao observar a presença de gesso, o mineralista atestou para a solidez das casas de Monte do Carmo, porque o gesso serve de liga e impermeabilizante nas construções. Outro fato importante refere-se à festa sobre "Nossa Senhora da Conceição". Pohl trocou o nome da igreja, sem intenção? Haveria outro arraial com uma igreja com este nome? Ao que parece, Pohl enganou-se com o nome da igreja, pois a pompa durante a festa remete ao entendimento de que não se tratava de um arraial qualquer. Outro fato que corrobora para esta hipótese, ao embarcar para Porto Real, Pohl recebeu ajuda do Vigário e o Comandante, que em gesto de grandeza "segurassem o estribo" para que o viajante pudesse montar o cavalo. Um arraial de menor importância não teria a presença de um Vigário e Comandante. No entanto, este fato merece mais pesquisas. Também poderia existir uma terceira igreja em Monte do Carmo, fato que é pouco provável.

Pohl inicia a viagem para Porto Real.

Logo que saídos do arraial, passamos pelo Rio Sucuriú, que desemboca no Água Suja. Ao nosso lado estendia-se a Serra Lageada até uma distância de duas léguas e meia. [...] A uma légua de distância de Carmo fica a Fazenda Raiz, e ao passa-la, é necessário atravessar três braços do Córrego Raiz. [...] Pouco depois chegamos à Fazenda do Juiz Ordinário Severiano. Este homem é juiz em Porto Real, mas habitualmente, mora em Carmo, onde aliás o conheci (POHL, 1973, p. 268).

A Fazenda Raiz é citada por muitas pessoas de Monte do Carmo e região. Foi um estabelecimento econômico importante do lugar. Pohl passou por Porto Real e se dirigiu à Natividade.

Augusto de Saint-Hilaire, em **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz**, passou pela Província de Goiás em 1919. Não faz menção a Monte do Carmo. No entanto, fornece importantes informações que auxiliam a entender a história do município.

O viajante explica como iniciou a exploração do ouro em Goiás:

Um paulista, que penetrou por esse modo nos desertos, afim de agarrar escravos, Manuel Corrêa, chegou, antes de 1670, até um rio chamado Rio Araes, na região que constitue hoje a província de Goyaz, e voltou à patria carregado de ouro e índios escravizados. [...]. Pelo ano de 1680. Outro paulista, Bartholomeu Bueno da Silva, chegou ao local onde está actualmente situada Villa Boa e que, nessa época, era ocupada pelos índios pacíficos da nação Goyá. As parcellas de ouro com que se ornavam as mulheres destes selvagens trahiram a riqueza da zona (SAINT-HILIRE, 1937, p. 280).

Outra constatação de Saint-Hilaire refere-se aos mineradores e o contrabando do ouro. "Os mineradores desta comarca (Norte) são, com efeito, incitados a fazer o contrabando não só pelos lucros que lhes dá, como ainda pelo temor dos gastos e demoras que acarretaria de suas terras a Villa Boa" (SAINT-HILIRE, 1937, p. 308). O contrabando ocorria com a Bahia. Esta poderia ser uma explicação sobre a baixa produção de ouro em relação às outras regiões produtoras de minerais de Goiás.

Uma questão que ainda não está fechada sobre a história de Goiás é a religião. Segundo Saint-Hilaire, "os eclesiásticos são, é verdade, os únicos homens desta província que possuem conhecimentos" (Idem. p. 313). Está afirmação explica a importância dos padres na religião e administração do local. Porém, nem todos os padres que atuaram em Goiás mereceram o paraíso, segundo o autor, ou seja,

Os primeiros sacerdotes que vieram a Goyaz apenas tinham vícios sob os olhos; difícil seria que não cedessem à torrente de maus exemplos, afastados como estavam dos seus superiores, e não tendo ninguém para gui-los e reprehendê-los. [...] A disciplina, já tão relaxada no resto do Brasil, o foi completamente em Goyaz, e o clero acabou, de certo modo, esquecer que pertencia à comunhão cristã (SAINT-HILIRE, 1937, p. 313.).

Referente aos bispados, o viajante escreveu:

Durante longos annos o território da província de Goyaz dependeu dos bispados do Rio de Janeiro e do Pará, o que quer dizer que os bispos só poderiam chegar a essa região depois de vários mezes de viagem extremamente difícil, atravez de desertos; ou, para falar de modo mais exacto, Goiaz está sem bispo. Em 1746, a parte da capitania que dependia do bispado do Rio de Janeiro, e, mais tarde, toda ella, foi elevada à prelatura; mas o primeiro prelado só foi nomeado em 1782 (SAINT-HILIRE, 1937, p. 314).

Esta observação refere-se às informações sobre a existência de um padre que se tornou muito conhecido em Monte do Carmo - Padre Gama. Curiosamente, nenhum viajante o cita. Isso não quer dizer que não tenha existido, mas poderia não estar ligado a um prelado.

Em 1824, no dia 25 de junho, Raimundo José de Cunha Matos, militar e político, às 07 horas e quinze minutos, chegou ao Arraial do Carmo. Encantou-se com a serra do Carmo. "O mais admirável desta serra são os vários morros que se acham no cume dela; e o que muito me encantou pela sua configuração foi o denominado Cabeça de Boi, que fica ao lado da fazenda com este nome" (CUNHA MATOS, 2004, p.187).

Segundo Cunha Matos (1979, p. 260-261),

O arraial de Monte do Carmo está assentado em terreno quase plano na margem esquerda do rio água-suja, ou para melhor dizer entre a serra que fica a leste, o rio água-suja a oeste, o córrego do sucuri ao sul, e outro córrego ou um brejo ao norte; por isso a sua situação se torna-o insalubre, tem 107 casas entre grandes e pequenas, que possam ser reputadas fogo, a Igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo, pequena, mas bem ornada, e com excelente lâmpada, e banquetta de prata, e a pobre Hermida de Nossa Senhora do Rosário.

Minucioso na descrição, o militar e político Cunha Matos escreveu:

Existe aqui uma Companhia de Cavalaria, e duas de Infantaria de 2ª Linha compostas de boa gente, mas sem oficiais, o que acontece em quase toda a Comarca de São João de Duas Barras, para onde as autoridades da capital da província têm olhado com bastante indiferença, o que deu motivo a uma separação violenta das duas comarcas. Esse arraial e seu distrito forão antigamente mais rico e povoado: a mineração aqui se acha extinta; inumeráveis fazendas de gado (90) têm sido abandonadas por motivos de insultos dos índios selvagens (CUNHA MATOS, 2004, p.188).

Raymundo José da Cunha Matos passa por Monte do Carmo em 1824. A relevância de seus escritos para a história é de suma importância. Observamos que ele descreve a estrutura organizacional da vila, ao citar que tinha 107 casas entre grandes e pequenas. Esse fato nos leva crer que o povoado de Carmo era significativo e, um tanto antigo. A partir da afirmação de Cunha Matos, que a exploração do ouro estava em decadência, percebe-se que a vila continua a desenvolver se compararmos ao número de escravos que chegava a 885, na afirmação de Karash (1996. p. 242). Porém, na citação deixou claro que fazendas de gado foram abandonadas e houve ataques de indígenas, também citado por Pohl.

Percebemos que Monte do Carmo muda de polo minerador para produtor de alimentos e gado, situação que se manteve por muito tempo até os dias atuais. Isso nos leva crer que os donos das minas iam embora e os cativos foram abandonados à própria sorte, libertos e incorporados a atividade pastoril. Mantiveram suas tradições, criaram suas famílias que permanecem até hoje a continuidade de sua descendência.

George Gardner chegou ao Brasil em 1836 e permaneceu até 1841. Neste período o ciclo do ouro esgotara-se em Goiás. O naturalista viajou pela Província de Goiás em 1940, e registrou a criação de gado, cultivo de "milho e a mandioca". Muitos fazendeiros "acham vantajoso o plantar cana, não tanto para fazer açúcar, mas aguardente, que se vende com mais rapidez". Ao passar por Arraias identificou que "a criação de gado é a ocupação mais comum dos fazendeiros". (GARDNER, 1875, p. 158-169).

É provável que o mesmo tenha ocorrido em Monte do Carmo. Com a decadência do ciclo aurífero, a matriz produtora passou para o cultivo da terra, associada à criação de gado. Sobre os cativos que foram abandonados a própria sorte, há vários registros na história de Goiás.

MONTE DO CARMO CONTEMPORÂNEO

Em 1943, o Distrito do Carmo teve seu nome alterado para Tairusú, por meio do Decreto 8.305, de 31 de dezembro. Esta denominação provocou insatisfação na população e, após dez anos, por meio da Lei Municipal nº 186 de 23, de julho de 1953, retornou à denominação de origem:

A Câmara Municipal de Porto Nacional, Estado de Goiás, decretou e eu, prefeito municipal sanciono, a presente Lei:

Artigo 1º - Os Distritos do Município de Porto Nacional, cujos nomes foram mudados na penúltima reforma administrativa, em obediência a uma resolução do Conselho Nacional de Geografia, voltam a denominar-se com seus nomes tradicionais acrescidos das palavras que instruí o artigo segundo da presente Lei.

Artº 2º - Tairusú denominar-se-á Monte do Carmo, [...].

A emancipação política de Monte do Carmo só é consolidada pela Lei Estadual nº 4.708, de 23 de outubro do ano de 1963 de Goiás. Seu idealizador foi o então Vereador de Porto Nacional Durval Silva. O Município foi solenemente instalado no dia 1º de janeiro de 1964 e teve como primeiro chefe do executivo a prefeita Raimunda Aires da Silva (Dona Dica).

Atualmente, a cidade de Monte do Carmo tem cerca de 7.500 mil habitantes, dos quais a maior parte é negra. Limita-se a Oeste com o município de Porto Nacional; ao Leste com Ponte Alta e Pindorama do Tocantins; ao Norte com Palmas/Taquaruçú e ao Sul com Silvanópolis, aproximadamente 89 quilômetros da capital do estado, Palmas. O município está localizado na região central do Estado do Tocantins.

A economia de Monte do Carmo gira em torno da pecuária de corte e a agricultura. O principal aporte econômico é a pecuária de corte que conta com rebanho bovino de aproximadamente 79 mil cabeças de gado, de acordo com os registros da ADAPEC local (ADAPEC, 2015). A Agricultura não fica atrás, com a expansão do mercado de soja no Estado e no País, os agricultores da região estão investindo cada vez mais no cultivo desta leguminosa, pois a terra e o clima determinam bons resultados por hectare plantado. Produz-se também arroz, milho e outros itens da agricultura.

Outra fonte econômica de grande importância são os recursos da Prefeitura, do Governo Estadual e do Governo Federal que juntos mantêm a folha de pagamento dos servidores, fato que movimenta o comércio local. Ainda há espaço para citarmos a economia proporcionada pelos vários eventos culturais que são realizados na cidade, atraindo milhares de turistas, que nesse período ampliam o volume de vendas no comércio. O artesanato também tem o seu espaço. Há alguns anos, grupo de pessoas vem desenvolvendo essa atividade, principalmente os idosos que se reúnem na “Casa do Idoso” para a confecção de diversos artefatos, costura, crochê, boneca de pano, colchas de fuxico, artes em madeira e buriti e ainda usufruir do lazer proporcionado pelo Fortalecimento de Vínculo.

O ouro que foi o carro chefe para a criação do município teve outra fase de grande importância na economia no início até o final dos anos 1980, quando garimpeiros começaram a mexer a terra e assim o encontraram novamente. Atualmente, alguns garimpeiros ainda exercem esse tipo de atividade, mas com uma escala menor. De acordo com a reportagem publicada em 2008, *Monte do Carmo está sob ameaça*, a população viveu momentos de apreensão sobre a possível exploração do minério de ferro na Serra do Carmo. Em 2014, instalou-se uma empresa destinada à exploração de minério de ferro (JORNAL OPÇÃO, 2008).

O Patrimônio Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural. (Declaração de Caracas - 1992).

O Patrimônio Cultural tem como objeto todos os bens tangíveis e intangíveis, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. Através do patrimônio cultural é possível conscientizar os indivíduos, proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos para a compreensão da história local, inteirando-os da sua própria história.

As Constituições de 1934, de 1937, bem como o Decreto-Lei 25/1937, foram os princípios norteadores utilizados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) na articulação do tema patrimônio com cultura nacional. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, inaugura-se um novo tempo no tocante à cultura brasileira, quando cita os bens imateriais pela primeira vez. Conforme artigo 216 "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (BRASIL, 1988).

Este artigo refere-se ao patrimônio cultural de Monte do Carmo como um direito da população e um dever do Estado de preservá-lo. A construção da verdadeira cidadania não se resume apenas às oportunidades de estudo e trabalho, mas também da atitude responsável de cada um perante os direitos individuais e coletivos, que formam a base da harmonia social, dentre os quais se encontram os direitos culturais, sobretudo de Monte do Carmo e das cidades circunvizinhas originárias da mesma época.

Ressaltar a importância turística, entre eles o turismo religioso em Monte do Carmo é algo de fundamental importância para a difusão cultural. Ao passar pela cidade faz-se necessário uma parada na igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo que foi construída em 1801 (<http://secom.to.gov.br>, 2015).

A Igreja conserva as características da arquitetura colonial, lembrando muitos aspectos de outras igrejas do interior de Minas Gerais, construídas antes do advento do modernismo, com influências coloniais, onde predomina a imponência da instituição sobre o contexto em que está inserida. Com mais de 200 anos de existência, a igreja de Nossa Senhora do Carmo é um ponto de referência para a realização das manifestações culturais e religiosas do município, sendo motivo de orgulho do povo carmelitano.

No rol das manifestações culturais religiosas estão as Festas do Carmo, comemoradas todos os anos em datas fixas e flexíveis definidas pela igreja. Começa em janeiro com as folias de Santos Reis e São Sebastião; em julho com a padroeira Nossa Senhora do Carmo, Divino Espírito Santo e Nossa Senhora do Rosário; em outubro também se comemora Nossa Senhora do Rosário, porém, com uma pompa reduzida.

A identidade do povo carmelitano é preservada com muita fé e devoção. As festividades são conhecidas em todo Brasil, ultrapassando as fronteiras e limites geográficos. A movimentação para o preparo das festas já é algo que comunidade considera obrigatório. Não precisa de divisões de tarefas, parece que cada um já sabe seu lugar na organização e assim a tradição é repassada de pai para filho de forma natural.

RELIGIOSIDADE

Religiosidade popular é comumente definida como um conjunto de diversas doutrinas, sendo catolicismo, espiritismo, culto afro-brasileiro e indígena. A essência dos movimentos religiosos populares está em cultuar os santos católicos associados às entidades afro-brasileiras, particularmente, mediante as peregrinações das romarias e das promessas milagrosas.

Estudioso da cultura popular na Europa Moderna, Peter Burke, ressalta que, até o século XVI, elite e povo participavam de uma mesma cultura e expressavam tal comunhão por ocasião das festas. Para Burke (1989, p. 16), este processo vem até o final do século XVIII, "quando a elite tinha geralmente se retirado". A partir dos anos de 1970, pesquisadores europeus, influenciados pelos estudos sobre mentalidades, direcionaram seus olhares às análises de temas como festas, devoções, religião, morte, sexualidade, rituais, entre outros. No Brasil, os estudos sobre festas e religiosidades populares começaram a repercutir a partir da década de 1980, ganhando reforço por meio das traduções de várias obras dos historiadores franceses, anglo-saxões e russos.

O historiador francês Michel Vovelle (2004, p. 167) foi pioneiro na utilização das festas como objeto de pesquisa temática até então desenvolvida quase que exclusivamente por antropólogos, etnólogos e folcloristas. O autor chama a atenção para o fato de que, a partir dos anos sessenta, surgiu uma geração de historiadores interessados na história das mentalidades, ampliando o campo de pesquisa da etnografia histórica e fazendo renascer o interesse dos historiadores pelo estudo das festas. Segundo Vovelle 2004,p.167)

A religião popular não é uma realidade imóvel e residual, cujo núcleo seria uma 'outra religião' vinda do paganismo e conservada pelo mundo rural: pelo menos, não exclusivamente. Ela inclui também todas as formas de assimilação ou de contaminação e, sobretudo, a leitura popular do cristianismo pós-tridentino, como também – por que não – as formas de criatividade especificamente populares [...].⁴

Para Burke (1989, p. 223) as festas populares desempenham funções sociais tendo conotações ora de "controle social" ora de "protesto social". Ele relata que:

Elas eram diversão, pausa bem-vinda na luta diária pela subsistência, ofereciam ao povo algo pelo que ansiar. Elas celebravam a própria comunidade nas suas habilidades em montar um bom espetáculo, e talvez a zombaria contra os forasteiros (judeus no Carnaval romano, camponeses no de Nuremberg) fosse, entre outras coisas, uma expressão teatralizada da solidariedade comunitária. Na festa de São

⁴ VOVELLE, Michel. Ideologias e mentalidades. 2004

João Batista de Florença, alguns rituais expressavam a subordinação de outras comunidades a essa capital de um império.

Ainda sobre festas, Burke cita:

As festas também ofereciam oportunidade para que diferentes grupos da mesma comunidade competissem entre si, o que muitas vezes era ritualizado sob a forma de batalhas simuladas, como as batalhas nas pontes de Veneza ou Pisa ou as partidas de futebol em Florença, mas também podia ser expresso nos esforços de diferentes paróquias, guildas ou bairros da cidade para apresentarem exibições melhores do que seus rivais. Um padre de Provins, na Champagne, escreveu em 1573 que as procissões locais exprimiam “rivalidades entre as igrejas”.

91

Para o autor os rituais festivos também expressavam funções de 'válvula de escape', 'ocasião de êxtase e liberação', além de preservar e até fortalecer a ordem estabelecida. As festas representavam um momento diferente, quebra da rotina.

No Brasil, uma das referências obrigatórias para estudos sobre festas religiosas e populares são as obras do memorialista Melo Moraes Filho, entre elas **Festa e Tradições Populares do Brasil**, publicada em 1901. O autor foi desbravador destes estudos, cuja sua trajetória de escrita expressou um olhar especial sobre a temática acima citada, inclusive incentivou campanhas pela valorização de festas, autos e bailes populares, favorecendo a construção de uma identidade nacional positiva, no final do século XIX.

Nas primeiras décadas do século XX, a temática sobre festas populares ganhou novos contornos, com escritores modernistas, exemplo notável de Mário de Andrade, reconhecido como um dos mais importantes intelectuais brasileiros do século XX.

A partir dos anos de 1980, observa-se um avanço considerável no campo de estudos sobre festas e religiosidades, sendo uma característica do povo explorado e oprimido. Riolando Azzi (1987, p. 67-68) na obra **A cristandade colonial: mito e ideologia**, observa o apego a religião como meio de harmonia social e de união entre diversos povos. Estabelece "em uma das mais difundidas formas utilizadas pelo ser humano e seu esforço de sobrevivência neste mundo onde se sentia totalmente frágil e indefeso".

A afirmação do autor reforça a história vivida em Monte do Carmo, pois as festas foram e continuam sendo de significativa importância para que a comunidade mantenha a tradição fervorosa até os dias atuais.

Nesse universo profundamente sacral, típico da sociedade colonial, as festas religiosas multiplicavam-se com muita frequência. Essas celebrações constituíam uma forma de restabelecer a confiança na vida, diante de tantas inseguranças geradas pela fragilidade dos instrumentos humanos para enfrentar os obstáculos da natureza. Mas, sobretudo, eram um elemento fundamental para que despontasse e florescesse a esperança na vida, no imenso território transformado num vasto “campo de concentração” humana mediante o sistema escravocrata vigente.

Conforme Azzi (1987, p. 67-68), no Brasil colonial, as festividades religiosas assumiram importância fundamental, sendo instrumento significativo de comunicação social, uma vez que grupos de devotos dispersos pelo território afluíam para os pequenos ou grandes centros urbanos a fim de festejar seus santos e invocar sua proteção, o motor que locomove é unicamente a própria fé.

No livro **Festas e utopias no Brasil colonial**, Mary Del Priore (2000, p. 10) escreve que "o tempo da festa tem sido celebrado ao longo da história dos homens como um tempo de deslumbramento, de fantasias e de liberdades, de ações burlescas e vivazes". Contudo, segundo a autora, o tempo fáustico da festa eclipsa também o calendário da rotina e do labor dos homens, substituindo-o por uma variedade de funções. Em determinado momento, ela é suporte para a criatividade de uma comunidade, importante no fortalecimento dos laços de solidariedade, em outro, ela afirma a perenidade das instituições de poder.

A festa é também fato político, religioso ou simbólico. Os jogos, as danças e as músicas que a recheiam não só significam descanso, prazeres e alegria durante sua realização; eles têm simultaneamente importante função social: permitem às crianças, aos jovens, aos espectadores e atores da festa introjetar valores e normas da vida coletiva, partilhar sentimentos coletivos e conhecimentos comunitários. Servem ainda de exutórios à violência contida e às paixões, enquanto queimam o excesso de energia das comunidades. A alegria da festa ajuda as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma, igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcar suas especificidades e diferenças (DEL PRIORE, 2000, p. 10).

Del Priore ainda se refere à separação das festas religiosas e profanas, a tentativa de objetividade não funciona, uma vez que para a autora elas caminham juntas. "É como se dentro de cada festa religiosa existisse uma profana e vice-versa" (DEL PRIORE, 2000, p. 10).

Não é nossa finalidade aprofundar a pesquisa sobre irmandades religiosas, no entanto, por ser um trabalho sobre Patrimônio Cultural, faz-se necessário, visto que a memória coletiva reporta a estas instituições e é com essa memória que se constrói a identidade de um povo. É importante salientar que a organização das Irmandades teve início no Período Colonial aos moldes das associações religiosas existentes em Portugal. Citar a Irmandade do Rosário, bem como a festa de Nossa Senhora do Rosário celebrada tradicionalmente em Monte do Carmo, é importante na concepção de cidade-museu.

Caio Boschi (1986, p. 67-93) autor da obra **Os leigos no poder**, assinala que as irmandades tiveram importante função social, agrupando as pessoas conforme a cor da pele e lugar na hierarquia social; sendo as únicas instituições nas quais os homens e mulheres negros puderam se manifestar com relativa liberdade e autonomia.

Haja vista que os santos e as santas tiveram papel significativo no sistema de conversão dos negros ao catolicismo, entrar para a irmandade teria sido o sonho de muitos negros. Reunir-se para cantar e dançar era uma das poucas formas de reconstruir sociabilidades; gestos e vozes, expressão limitada de uma precária liberdade. Por meio da linguagem corporal

estabelecia-se a comunicação entre os irmãos. Há relatos de que, nos dias de festividades legalmente constituídas, as vestimentas eram outras, a comida era abundante; para além disso, era possível à mulher e ao homem negro participar de um teatro, partilhar de uma experiência religiosa e dar sentido à vida (Idem).

No Estado do Tocantins, como em outros lugares do Brasil, a religiosidade popular é tida como a religião vivida e praticada por pessoas de menor poder econômico, ou seja, a maioria, composta principalmente de mestiços e negros.

Frei José Maria Audrin, um dos pioneiros em pesquisas sobre os costumes populares e festas regionais do atual Estado do Tocantins, publicou suas obras nas primeiras décadas do século XX. O religioso francês permaneceu por longo tempo entre os sertanejos e indígenas da região Norte do Estado de Goiás e Sul do Pará. No retorno aos conventos do Sul do Brasil, pôs-se a escrever sobre as experiências missionárias.

Segundo Audrin, "escrevemos este livro, sobretudo para reviver o sertão que foi o nosso e, assim, matar a saudade de um passado cheio de encantos apesar de rudes trabalhos e não poucos sacrifícios". O Frei publicou duas obras: **Entre sertanejos e índios do norte (1947)**, onde observou a vida e os trabalhos eclesiais de Dom Domingos Carrérot, primeiro bispo da Diocese de Porto Nacional, relatando os fatos que juntos viveram pelos sertões e, **Os sertanejos que eu conheci (1963)**, que narra os costumes e os hábitos do povo da região Norte de Goiás, enfatizando a vida cotidiana, as relações sociais e a religiosidade (AUDRIN, 1963 p. 60)⁵

A cidade de Monte do Carmo é o cenário de manifestações culturais celebradas anualmente. Sobre as origens e função das manifestações culturais brasileiras, Noqueira (1997, p.128) assim procedeu:

Negros, brancos, índios, portugueses se uniam para vivenciar, num momento fora do trabalho cotidiano e dos olhos vigilantes da coroa, a alegria, a música, os símbolos de múltiplas leituras, a distribuição de comidas trabalhosas e, principalmente, um momento de relativização, da ordem dos estabelecida, simbolizando através das fantasias e dos acontecimentos da festa.

Não foi diferente em Monte do Carmo. Fundada no período colonial, o município tem várias datas comemorativas. A memória da população e a historiografia referem-se a festividades e celebrações que se mantêm vivas graças à tradição, esforço da comunidade, que se reconhecem como protagonistas dos eventos e neles afirmam a própria identidade. As festas de Monte do Carmo não deixam a cidade cair no 'esquecimento', ou seja, todos os anos o lugar é lembrado pela população. Outras festas e celebrações são movidas pela devoção dos fiéis que fazem "promessas" e acreditam que o Divino Espírito Santo, Nossa Senhora do Carmo e Nossa Senhora do Rosário fazem milagres.

⁵ AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1963.

A população se mobiliza nas organizações, muitas vezes, abandona as atividades individuais para organizar os eventos. O saber fazer a festa é uma prática hereditária, que se perpetua de geração em geração. Observa-se que os rituais são mantidos e a essência das festas está na continuidade da tradição.

Sobre as festas de Monte do Carmo há pouca bibliografia. Muitas informações são obtidas através da memória. Alguns trabalhos acadêmicos foram publicados, no entanto tratam do assunto de forma fragmentada. A obra de Noeci Carvalho Messias é a mais completa sobre as festas e religiosidade. O próximo tópico desta pesquisa está fundamentado nos estudos da referida autora.

A historiadora Noeci Carvalho Messias, estudiosa das festas do Carmo, defendeu sua tese de doutorado, **Religiosidade e Devoção: As Festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade - TO**, com informações precisas sobre esta temática. A historiadora também citou jornais do século passado como fonte para pesquisa. Os "periódicos são também fontes que têm contribuído com importantes registros sobre as festas realizadas na região". Referiu-se aos autores Audrin (1946), Oliveira (1997) e Costa (2004), que escreveram sobre o Norte goiano.

De acordo com Messias (2010, p. 72), em "1891 foi criado o primeiro periódico, a *Folha do Norte*, seguido do *Incentivo* em 1901 e, em 1905, o *Norte de Goyaz*." De acordo com a historiadora, "com edição bimensal, o *Norte de Goyaz* circulou até 1985, tendo noticiado em muitas de suas páginas informações sobre os festejos realizados em Monte do Carmo". Segundo Noeci, "na folha 3, da edição 69, de 31 de julho de 1908, evidencia-se realização dos festejos no referido arraial".

Com a pompa do costume realizaram-se no arraial do Carmo, no princípio da quinzena, os festejos religiosos em honra de N. S. do Carmo, padroeira do arraial, do Divino Espírito Santo, de N. S. do Rosário e de N. S. da Conceição. Como acontece anualmente, foram extraordinariamente concorridas todas as cerimônias religiosas e festas mundanas proporcionadas ao povo pelos respectivos festeiros. Dirigio os festejos religiosos o Rvmo. Frei Domingos Nicollect que foi desta cidade especialmente para esse fim no mesmo arraial. No correr das festas houve alguns casamentos e diversos batizados. Foram sorteados festeiros e procuradores para o anno vindouro: Procurador da festa de N. S. do Carmo o Sr. Major Carolino Pereira da Silva; Festeiro do Divino Espírito Santo o Snr. Mathias Carvalho; de N. S. do Rosário o Snr. Ocidio Ferreira e Dna. Querubina de O. Negry e procurador da festa de N. S. da Conceição o Snr. André Pereira da Silva. Havendo sido acertado os sorteios dos festeiros e procuradores dos festejos para o anno vindouro, é de esperar-se grande entusiasmo em as festas do Carmo de 1909.

A nota do periódico aparece pelo menos dois episódios interessantes que já não fazem mais parte das festas do Carmo na atualidade: o primeiro é referente a figura do "procurador" da festa de Nossa Senhora do Carmo e, o outro, é a homenagem à santa Nossa Senhora da Conceição, realizada no dia 19 de julho. Não foi possível identificar o período e nem a causa da descontinuidade destas práticas religiosas.

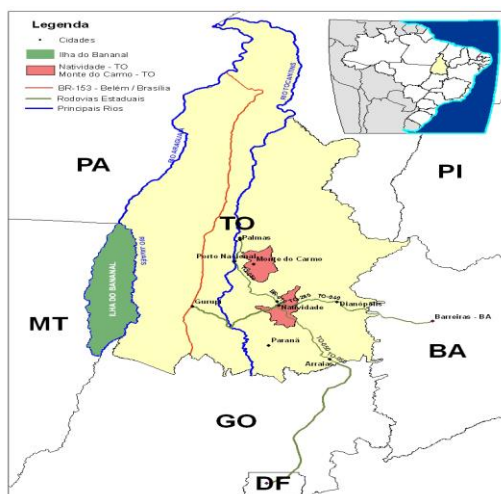
A seguir, abordaremos de forma tangencial, cada uma das festas e celebrações. Não é nossa pretensão esgotar o assunto, nem relatar todos os

pormenores das festas, pois seria impossível registrar a magnitude dos acontecimentos. Também ressaltamos que esta pesquisa ocorreu e determinado contexto, onde os valores culturais e religiosos diferem de outras épocas. A neutralidade na história é meta a ser perseguida pelo historiador, porém sempre haverá influências sobre seu discurso, principalmente quando participa do objeto de pesquisa, como no meu caso.

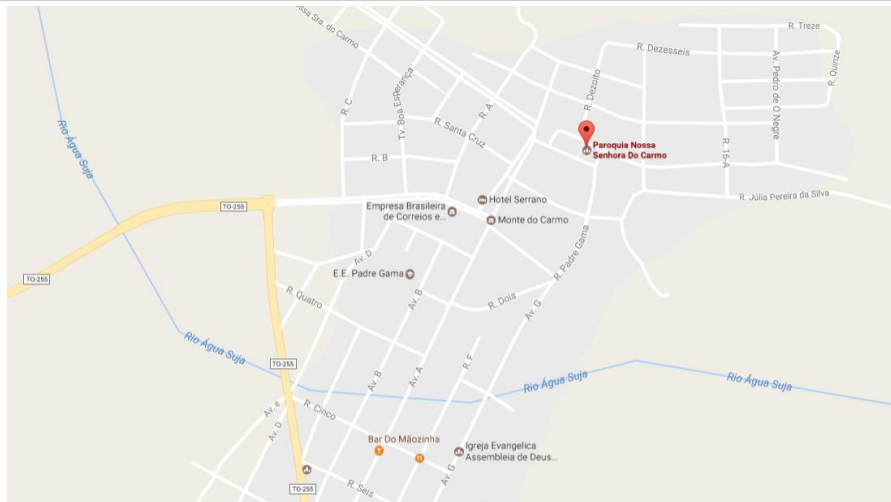
CIDADE-MUSEU

A proposta deste artigo é orientar o poder público na criação da cidade-museu de Monte do Carmo. Para o turista que está em busca de conhecer a cidade e o patrimônio cultural, ou aquele que está simplesmente passando pela cidade. Os "pontos de cultura", ou seja, esta designação é nossa para os lugares carregados de significação. Citamos como pontos de cultura a entrada da cidade, os córregos, a Igreja Nossa Senhora do Carmo, o (provável) local da Igreja Nossa Senhora do Rosário, o caminho para os garimpos da época, o (possível) canal construído no período escravista, a planta baixa da cidade antiga com destaque para as construções da época. Além dos pontos de cultura, que são bens patrimoniais tangíveis, há também as festas, as cavalgadas, as cantigas, as tradições, o conjunto de rituais que foram descritos nesta pesquisa, formando o rol de bens patrimoniais intangíveis.

Localização da região de estudo.



Fonte: Mapa Adaptado em abril/2010, por Lúcio Sérgio Borges Peixoto, Analista em Tecnologia da Informação.



Dados do Maps2017. Planta Baixa da Cidade.

O **primeiro ponto de cultura** de Monte do Carmo como cidade-museu localiza-se, da esquerda para direita, referenciado pela BR 255, que é a entrada da cidade. Não sabemos se esta era entrada percorrida pelos primeiros habitantes.

Logo após o trevo de acesso à cidade, há uma ponte sobre o córrego Água Suja, citado pelos viajantes que por aqui passaram. Este local será o **segundo ponto de cultura**, com uma placa para a identificação da importância deste córrego.

Adentrando pela cidade, cerca de 600 metros da ponte, está situada a praça Alexandrino Pinto Cerqueira, lugar que, segundo estudos e memórias de moradores, estava erguida a "Igreja do Pretos", em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Este local também será identificado como **terceiro ponto de cultura**.



Foto 03 e 04, Local da Praça Alexandrino, Março/2017. Fonte: www.montedocaro.to.gov.br

Na parte superior do Mapa, em destaque para a Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Neste local, a história está materializada na arquitetura, nos eventos do passado e do presente, guardando as tradições que por aqui se celebram. Temos neste local o **quarto ponto de cultura**.



Foto: 05,06,07,08,09 e 10. Igreja Nossa Senhora do Carmo. Fonte: www.montedocarmo.to.gv.br jan/2017

Partindo da Igreja Nossa Senhora do Carmo em direção a serra, temos o caminho para o local de mineração. Este **será o quinto ponto de cultura**. Por este caminho passaram trabalhadores e donos das minas. Este foi o "caminho do ouro", também dos sonhos e decepções dos homens da época.

Os vestígios do possível canal construído pelos cativos e abandonado sem motivo conhecido será o **sexto ponto de cultura**. Este local guarda aspectos do conhecimento de engenharia da época, podendo ser dos aventureiros que aqui vieram, bem como dos cativos utilizados no trabalho das minas.

No local da mineração temos o **sétimo ponto de cultura**. Não sabemos precisamente quanto ouro foi retirado do local. Também quantos escravos ali trabalharam. Este ponto é importante, pois foi a partir do ciclo aurífero que nasceu a intenção de fundar o Arraial do Carmo.

No Riacho Sucuri será fixado um obelisco como **oitavo ponto de cultura**. Este riacho é citado pelos viajantes que visitaram o lugar e desempenhou/desempenha importante papel na história da Cidade do Carmo. Em tempos pretéritos, este local servia de acesso à água, como meio de obter alimento (peixes).

As ruas que circundam a Igreja de Nossa Senhora do Carmo são o **nono ponto de cultura**. As vias por onde circularam os primeiros moradores, por onde passaram/passam as procissões também são importantes para a preservação da história da cidade.

CONCLUSÃO

Monte do Carmo é uma cidade diferente. Nascida no início do ciclo minerador, a singela cidade tem em sua história, festejos e quadro ecológico os principais atrativos para quem reside aqui e quem vem visitá-la. Ao se aproximar do núcleo urbano, o visitante se depara com casas construídas em diferentes tempos, obedecendo ao traçado das ruas que remetem ao tempo do ouro. Monte do Carmo nasceu colada na serra de mesmo nome, como se estivesse aninhada no colo da mãe-natureza.

Conhecida como Arraial do Carmo, a cidade foi visitada por diversos viajantes e autoridades da época. Foi habitada por militares, religiosos, mineradores, comerciante e trabalhadores escravizados, que aqui vieram cada qual em sua função. Os primeiros registros mostram que a cidade cresceu rapidamente e tornou-se um polo atrativo tanto no aspecto econômico, como no religioso. Para o período colonial, o Arraial do Carmo era desenvolvida, organizada e referência para outras vilas menores, como por exemplo Porto Real.

O ciclo do ouro foi curto, como o reinado do Arraial do Carmo. Quando esgotaram-se as minas, o povoado sentiu o impacto da estagnação econômica e por longas décadas ficou parado no tempo. Da época do ouro restaram as festas e a tradição, que permanece viva e é o principal atrativo dos que visitam Monte do Carmo. A história do ouro confunde-se com a história religiosa, as duas com seus meandros e segredos, que muitos deles não foram revelados.

Monte do Carmo nasce do ciclo aurífero, mas sustenta-se como criatório bovino e de produção de alimentos. As dezenas de fazendas existentes na época vão se multiplicando e a cidade começou a sair da estagnação a partir deste modelo econômico. Os cativos do ouro passam a cativos das fazendas, outros foram libertados ou fugiram. A composição social é predominantemente negra.

Quanto a fundação do Arraial, há divergência nas datas, porém predomina o registro de 1746. Havia aqui um povoado considerável. Pohl, em 1819, informou que havia 150 casas dispostas em uma única rua. Cunha Matos, 1824, contabilizou 107 casas. Concluímos que o Arraial teve o número de residências diminuídas, ou os viajantes não foram tão precisos em suas contagens. Os dois viajantes citados apontam resistência indígena às ações dos recém-chegados e formação de uma elite branca e mestiça a partir dos ganhos com ouro e pecuária.

O patrimônio material e imaterial de Monte do Carmo chama a atenção de todos que por aqui passam ou residem na cidade. O modo como foram construídos os prédios e a disposição deles; as igrejas, as festas, a irmandade que existiu, os saberes que passam de geração em geração, a memória coletiva, as lendas, a história dos primeiros homens que aqui fixaram residência constituem o patrimônio material e imaterial. Um museu tradicional seria insuficiente para guardar toda história de Monte do Carmo. Na verdade, a formosa cidade é um museu a céu aberto.

A Igreja Nossa Senhora do Carmo aparece na documentação escrita, como também a Igreja Nossa Senhora do Rosário. Os viajantes e historiadores descrevem eventos que ocorreram nestes locais, como também a sua influência sobre as localidades vizinhas. Uma igreja permanece imponente, viva, acolhedora, ponto de chegada e partida das tradições religiosas. A outra, Nossa Senhora do Rosário, não existe na forma pedra e cal, mas está viva na memória, como a igreja dos pretos.

A centenária igreja é a metáfora para se pensar a "cidade museu", sua estrutura, arquitetura, posição estratégica na planta da cidade, guardam na memória a vida das gentes que por ali passaram e pelos que vivem no local. A ideia de usar a Cidade como Museu surge como atendimento à demanda por uma política que preserve a cidade e que essa construção não caia no esquecimento e não aniquile um saber institucionalizado. A igreja significa uma parte, ou um todo, da história cultural da cidade. Em outras palavras, Monte do Carmo não seria o mesmo sem a Igreja e vice versa.

Além da igreja existem as casas antigas ao seu redor, o formato da cidade, sua estrutura organizacional são fatores que devem ser preservados, o conjunto da obra se mantém porque é importante na identificação do lugar. A "cidade museu" é uma maneira de preservar o todo sem alterar a forma. Transformar a Cidade em "cidade museu" seria como preservar um grande e valioso quadro pintado no local, como se o observador pudesse ver onde e como esta linda obra foi realizada.

Monte Do Carmo-TO-Jalapão Gateway: Proposition To Create Cidade-Museum

ABSTRACT

This work was born from an initiative for the preservation of the Cultural Heritage of the city of Monte do Carmo, state of Tocantins. The general objectives presented here are: to discuss and present practical and feasible proposals within the scope of preserving the local identity with the proposed creation of the City-Museum, in this sense to highlight the route of passage to the State Park of Jalapão a tourist and cultural diffusion. As a result of this process, we intend to demonstrate the importance of tourism for development and location, and in the opportunity to know the quiet city that maintains traces and customs of the colonial period. The tourist abetura is a form of cultural diffusion in post modern Brazil, the stop in Monte do Carmo becomes obligatory to the tourist on the way to the jalapão.

Keywords: Monte Do Carmo; Cultural Heritage; History Tourism.

Monte Do Carmo-TO-Portal Jalapão: Una Propuesta Para La Creación De La Cidade-Museum

RESUMEN

El presente trabajo nació de una iniciativa para preservar el Patrimonio Cultural de la ciudad de Monte do Carmo, estado de Tocantins. Los objetivos generales aquí presentados son: discutir y presentar propuestas prácticas y factibles en el ámbito de la preservación de la identidad local con la propuesta de creación de la Ciudad-Museo, en ese sentido evidenciar la ruta de paso al Parque Estadual del Jalapão una difusión turística y cultural. Como resultado de este proceso pretendemos demostrar la importancia turística para el desarrollo y local, y, en la oportunidad de conocer la tranquila ciudad que mantiene rasgos y costumbres del período colonial. La abetura turística es una forma de difusión

cultural en el Brasil posmoderno, la parada en Monte do Carmo se vuelve obligatoria al turista en el camino del jalapón.

Palabras Clave: Monte Do Carmo; Patrimônio Cultural; Historia y Turismo.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José M. P. de. **Anais da Província de Goiás**. Goiânia: SUDECO, 1979.

ALMEIDA, M. C. B. de. **A informação em museus de arte: de unidades isoladas a sistemas integrados**. *MUSAS - Revista Brasileira de Museus*, Rio de Janeiro, IPHAN, N, 2, P. 26-40. 2006.

ANDRADE, Mário. Os Congos. In: **Antologia do folclore brasileiro**. São Paulo: Martins, 1965.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Escravidão negra no Tocantins colonial: vivências escravistas em Arraías (1739-1800)**. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2007.

ARAÚJO, Alceu Maynard. **Folclore nacional II: danças, recreação e música**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. **Festas e rituais de caridade nas Misericórdias**. In: PIEDADE POPULAR: SOCIABILIDADES – REPRESENTAÇÕES, ESPIRITUALIDADES. Actas do Colóquio Internacional. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa: Terramar, 1999.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. A redenção dos pardos: a festa de São Gonçalo Garcia no Recife, em 1745. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. [Orgs.]. **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. São Paulo: Hucitec; USP : Fapesp, 2001.

Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Goiânia/GO.

AUDRIN, José Maria. **Entre sertanejos e índios do norte**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

AUDRIN, José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1963.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: mito e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.

BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário:** devoção e solidariedade em Minas Gerais – século XVIII e XIX. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos.** Goiânia: Universidade de Brasília, 1977.

BRASIL. Casa Civil. Constituição Federal. 1988.

BREFE, Ana Caludia Almeida. **O Museu Paulista:** Affonso de Tounay e a memória nacional, 1917-1945. São Paulo: UNESP; Museu Paulista, 2005.

CAMPOS, Marta Silva. **As festas do Carmo.** São Paulo: Gráfica Lider / COMSAÚDE, 1988.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins.** Goiânia: UCG, 2003.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e utopias no Brasil colonial.** São Paulo: Brasiliense, 2000.

DELUMEAU, Jean. **O pecado e o medo:** culpabilização no ocidente (século 13-18). Tradução de Álvaro Lorencini. Volume II. Bauru: EDUSC, 2003.

DIAS, Paulo. **A outra festa negra.** In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. [Orgs.]. **Festa:** cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Hucitec; USP: Fapesp, 2001.

DOMINGUES, Andréa Silva. **Cultura e memória:** a festa de Nossa Senhora do Rosário em Silvianópolis – MG. Tese (Doutorado em História Social) PUC, São Paulo, 2007.

Escritório filial da ADAPEC em Monte do Carmo – To, Novembro / 2015.

FARIAS, Soraia Aparecida Martins. **Cidade-museu:** expressões espaciais e o caráter cultural. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2010. [Dissertação de Mestrado].

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina; (org). “Apresentação”. In: **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp vii – xxv.

FERRETI, Sergio F. **Repensando o sincretismo.** São Paulo, EDUSP/FAPEMA, 1995.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

FONTES, A. Lourenço. Piedade popular – Práticas. Crenças. Festas. In: *Cultura - Revista de História e Teoria das Idéias.* Volume X. Universidade de Nova Lisboa, 1998.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich *et al.* **Modernização Reflexiva**. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1994.

GODINHO, Durval C. **História de Porto Nacional**. [S.L.:s.n.]; 1988.

GOMES, Elvanir Matos. **Rosário dos Congos na Festa do Carmo**. Porto Nacional: Pote, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HEERZ, Jacques. **Festas de loucos e carnavais**. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

HUSSEIN. Andreas. **Memórias do Modernismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SOUZA, Jarlene. Igreja de Monte do Carmo é tombada como Patrimônio Cultural do Estado do Tocantins. In: <http://secom.to.gov.br>. Acesso em 20-11-2015.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. (Trad. Pedro Maia Soares). São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KARASCH, Mary C. Os quilombos do ouro na capitania de Goiás. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Livro do Tombo. In: www.iphan.gov.br/benstombados. Acesso em: 17-01-17.

MAGALHÃES, Solange Maria Faustino. **Educação patrimonial através da compreensão da arquitetura de museus na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, 2016.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição**

corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e São Paulo. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.

MATOS, Raymundo José da Cunha. **Chorographia histórica da Província de Goyaz.** Goiânia: Líder, 1979.

MOURA, Antônio de Paiva. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: Pedro Paulo Funari e Jaime Pinsky [Orgs]. **Turismo e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Contexto, 2003.

Ofício nº 45 de 2 de agosto de 1858, do Governo de Goyaz respondendo aos habitantes do arraial sobre a instalação de uma escola para homens. (ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL DE GOIÁS, CX. 01).

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil.** Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império:** relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PALACÍN, Luís. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822, estrutura e conjuntura em uma capitania de minas.** 4ª ed. Goiânia: UCG, 1994. REVISTA TRIMENSAL. Tomo XXXVII, Parte Primeira. Rio de Janeiro: IHGB, 1874.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Nacional/Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

RODRIGUES, Val. **Tradição: Monte do Carmo festeja padroeira.** *JORNAL DO TOCANTINS*, Caderno Arte & Vida. Palmas, 16 de Julho de 2002, p. 1

SAINT HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás.** São Paulo: Nacional, 1944.

SAINT-HILIRE, Augusto de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goyaz.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. **Economia e escravidão na Capitania de Goiás.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

SANTOS, Mônica de Menezes. **A cidade museu: Godofredo Filho e o projeto conservacionista do modernismo brasileiro.** II ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. Salvador: Bahia, 2006.

SHARA, Rezende. **Festa de fé e tradição.** *JORNAL DO TOCANTINS*, Caderno Arte & Vida. 22 de Maio de 2010, p. 01.

SILVA E SOUZA, Luiz Antônio da. **O Descobrimento da Capitania de Goyaz.** Goiânia/IHGB, 1968.

SILVA FILHO, Geraldo. **Oficialato mecânico e escravidão urbana em Minas Gerais no Século dezoito**. São Paulo: Scortecci, 2008.

SILVA, Everton Francisco da. **Sussa e Tambor**: heranças da cultura negra, nas festas do Carmo. (Trabalho de Conclusão do Curso de História). Porto Nacional: UFT, 2006.

SILVA, José Carlos Ribeiro da. **O som secular do Carmo**. Gurupi: Cometa, 2001.

SILVA, T. Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TOCANTINS, Caderno Arte & Vida. Palmas, 21 de Setembro de 2002, p. 1.

VARINE, Hugues de. **Patrimônio e educação popular**. In: **O Direito de Aprender**. http://www.direitodeaprender.com.pt/revista02_02.htm, acesso em 29/04/2016.

WEHLING, Arno. **Formação do Brasil colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Arquivo, Acervos e Coleções Consultados

Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Goiânia/GO. www.aheg.gov.br/arquivo

Acervo Jornal do Tocantins, Palmas/TO.

Biblioteca Municipal Eli Brasiense – Porto Nacional/TO.

Cartório de Registro Civil de Monte do Carmo/TO.

Cúria Diocesana de Porto Nacional / TO.

Documentos avulsos consultados da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Monte do Carmo – TO

Escritório filial da ADAPEC em Monte do Carmo – To, Novembro / 2015.

Periódicos

Conhecer para Preservar valoriza costumes do Estado. JORNAL DO TOCANTINS.

CAPIM DOURADO, Palmas, v.01, n. 01. p. 78-105, jan. 2018

Caderno Arte & Vida. Palmas, 31 de Maio de 1996.

Folclore e tradição se encontram em Monte do Carmo. JORNAL DO TOCANTINS, Caderno Arte & Vida. Palmas, 17 de Julho de 1999, p. 2.

RODRIGUES, Val. ***Tradição: Monte do Carmo festeja padroeira.*** JORNAL DO TOCANTINS, Caderno Arte & Vida. Palmas, 16 de Julho de 2002, p. 1
REVISTA TRIMENSAL. Tomo XXXVII, Parte Primeira. Rio de Janeiro: IHGB, 1874.

ⁱ Recebido em 18 de Outubro de 2017. Aceito em 08 de Dezembro de 2017.